



Lisbon School  
of Economics  
& Management  
Universidade de Lisboa

**MESTRADO**

**ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS  
EUROPEUS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**

**DISSERTAÇÃO**

**CONSEQUÊNCIAS MACROECONÓMICAS E  
FATORES EXPLICATIVOS DAS REMESSAS DE  
EMIGRANTES: O CASO PORTUGUÊS**

**VIOLETA VIEIRA PINTO**

**OUTUBRO - 2024**



Lisbon School  
of Economics  
& Management  
Universidade de Lisboa

## **MESTRADO**

### **ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS EUROPEUS**

#### **TRABALHO FINAL DE MESTRADO**

##### **DISSERTAÇÃO**

### **CONSEQUÊNCIAS MACROECONÓMICAS E FATORES EXPLICATIVOS DAS REMESSAS DE EMIGRANTES: O CASO PORTUGUÊS**

**VIOLETA VIEIRA PINTO**

#### **ORIENTAÇÃO:**

Prof. Doutor João Carlos Lopes

Prof. Doutor João Alfredo Dos Reis Peixoto

**OUTUBRO - 2024**

## Resumo

Portugal, historicamente, é um país marcado pela elevada emigração, com vagas significativas de habitantes ao longo das décadas a sair do país na procura de uma vida melhor, sobretudo durante crises económicas onde as perspetivas de emprego são baixas e a instabilidade económica é elevada. Uma ligação foi criada entre as comunidades portuguesas no estrangeiro e as suas famílias em Portugal, através das remessas.

A presente dissertação analisa o resultado macroeconómico que as remessas de emigrantes têm na economia portuguesa, com ênfase na evolução histórica e nos fatores explicativos que condicionam estes fluxos financeiros.

O foco inicial da investigação foi o levantamento e revisão da literatura pertinente, que estabeleceu fundamentos para a compreensão dos padrões de emigração e das consequências macroeconómicas das remessas.

Revela-se o papel crucial que as remessas desempenham na economia, principalmente nos momentos de instabilidade económica, como foi o caso dos desequilíbrios da balança de pagamentos nas décadas de 1970 e 1980, onde as remessas contribuíram para a estabilização da economia compensando a escassez de capital externo. Porém, após a adesão de Portugal à CEE, em 1986, a dependência das remessas diminuiu, devido ao aumento das ajudas financeiras comunitárias (fundos estruturais).

A análise econométrica realizada, ao período entre 1953-2020, demonstra que não obstante o impacto positivo do PIB nas remessas, variáveis macroeconómicas como a taxa de desemprego e a taxa de inflação têm uma capacidade limitada de explicar as flutuações dos fluxos das remessas. Culmina-se que há outros fatores, estes sociais, culturais e políticos que também desempenham um papel significativo, sugerindo que a relevância das remessas transcende explicações somente económicas.

**Palavras-chave:** Emigração; Remessas; Impactos macroeconómicos; Portugal

## Abstract

Portugal historically has been a country marked by high emigration, with significant waves of citizens leaving the country over the years in search of a better life, especially during economic crises where job prospects are low and economic instability is high. A strong connection has been established between portuguese communities abroad and their families in Portugal through remittances.

This dissertation analyzes the macroeconomic impact of emigrants' remittances on the portuguese economy, emphasizing the historical evolution and explanatory factors that condition remittance flows.

The research begins with a review of the relevant literature, which provides a foundation for understanding emigration patterns and the macroeconomic consequences of remittances.

The analysis highlights the crucial role that remittances play in the economy, particularly during times of economic instability, such as the balance of payments imbalances in the 1970s and 1980s, where remittances contributed to stabilizing the economy by compensating for the shortage of foreign capital. However, after Portugal joined the EEC in 1986, dependence on remittances diminished due to the increase availability of EU financial aid (structural funds).

An econometric analysis conducted for the period between 1953 and 2020 shows that despite the positive impact of GDP on remittances, macroeconomic variables such as the unemployment rate and the inflation rate have a limited capacity to explain fluctuations in remittance flows. The analysis concludes that other factors, such as social, cultural and political, also play a significant role, suggesting that the relevance of remittances goes beyond economic explanations alone.

**Keywords:** Emigration; Remittances; Macroeconomic impacts; Portugal

## **Agradecimentos**

Com a submissão desta dissertação, chega ao fim um capítulo importante da minha vida, um percurso que não veio sem os seus desafios. É com grande alegria que vejo os momentos de incerteza e dúvida serem agora substituídos por um sentimento de conquista.

Em primeiro lugar, gostaria de expressar a minha gratidão ao Professor João Carlos Lopes e ao Professor João Peixoto, pela sua disponibilidade, paciência e orientação ao longo deste percurso.

Aos meus pais, que me acompanharam ao longo de todo o meu percurso académico, agradeço por me proporcionarem as condições e o apoio necessários para que este caminho fosse possível.

Por fim, aos meus amigos, que nunca me deixaram desistir, agradeço pela vossa presença, pelas palavras de conforto e por acreditarem em mim, mesmo quando eu não acreditava em mim mesma.

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

AOD- Assistência Oficial ao Desenvolvimento

BP- Banco de Portugal

CCG- Concelho de Cooperação do Golfo

GDP- Gross Domestic Product

CEE- Comunidade Económica Europeia

EEC- European Economic Community

EU- European Union

FMI- Fundo Monetário Internacional

IDE- Investimento Direto Estrangeiro

INE- Instituto Nacional de Estatística

ISFLF- Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias

IOM- International Organization for Migration

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS- Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

OIM- Organização Internacional para as Migrações

OLS- Ordinary Least Squares

OM- Observatório das Migrações

OMC- Organização Mundial do Comércio

ONU- Organizações das Nações Unidas

PIB- Produto Interno Bruto

PNB- Produto Nacional Bruto

PREC- Processo Revolucionário em Curso

RDB- Rendimento Disponível Bruto

UE- União Europeia

USD- United States Dollar

WIOD- World Input-Output Database

**Listas de Gráficos**

Gráfico 1: Evolução das remessas recebidas em Portugal, em milhares de euros, preços correntes e em percentagem do PIB, 1995-2020.....	19
Gráfico 2: Remessas por país de origem (%), 1996/2023 - TOP 7.....	23
Gráfico 3: Emigrantes de nacionalidade portuguesa por país de destino, 2005/2020 - TOP 7...	26
Gráfico 4: Remessas per capita por país, 2005-2020 - TOP 7.....	27
Gráfico 5: Peso das remessas nas principais variáveis macroeconómicas.....	31
Gráfico 6: Peso das remessas no PIBpm.....	32
Gráfico 7: Peso das remessas no RDB.....	33
Gráfico 8: Peso das remessas no Consumo Privado .....	33
Gráfico 9: Peso das remessas nas Exportações .....	34
Gráfico 10: Peso das remessas nas Transferências Correntes.....	34
Gráfico 11: Peso das remessas e do défice da Balança de Pagamentos no PIBpm .....	35

**Lista de Tabelas**

Tabela 1: Estimativas do número total de emigrantes portugueses, 1960-2020.....	18
Tabela 2: Remessas por país, 1996.....	23
Tabela 3: Remessas por país, 2023.....	23
Tabela 4: Emigrantes (nacionalidade portuguesa) por país, 2005.....	25
Tabela 5: Emigrantes (nacionalidade portuguesa) por país, 2023.....	25
Tabela 6: Remessas por país, 2005.....	27
Tabela 7: Remessas por país, 2020.....	27
Tabela 8: Estimções econométricas por país: variáveis macro.....	30

**Índice**

Resumo .....	I
Abstract.....	II
Agradecimentos .....	III
Lista de Siglas e Abreviaturas .....	IV
I. Introdução.....	1

II. Enquadramento Teórico .....	3
2.1 Conceitos principais: Emigrantes e Remessas.....	3
2.2 Causas e consequências da emigração.....	5
2.3 Fatores explicativos das remessas .....	8
2.4 Consequências das remessas .....	9
2.4.1 Perspetiva macroeconómica .....	10
2.4.2 Perspetiva microeconómica.....	13
III. Breve análise da evolução da emigração e das remessas em Portugal .....	15
3.1 Evolução da Emigração .....	15
3.2 Evolução das remessas .....	19
IV. Fatores explicativos do envio de remessas para Portugal.....	21
4.1 Introdução.....	21
4.2 Análise das remessas por país de origem: 1996-2023 .....	21
4.3 Análise do número de emigrantes por país de destino: 2005-2020 .....	24
4.4 Evolução das remessas per capita, por país: 2005-2020 .....	26
4.5 Análise econométrica dos fatores explicativos das remessas .....	28
V. Importância macroeconómica e financeira das remessas em Portugal: 1953-2020...	30
VI. Conclusão .....	36
Referências bibliográficas .....	39

## I. Introdução

O fenómeno da emigração remete para a pré-história. Embora os motivos vão variando ao longo do tempo a importância de compreender não só os fatores explicativos, mas o seu impacto mantém-se. De acordo com os dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM), em 2019 o número de migrantes internacionais em todo o mundo rondava os 272 milhões de pessoas, que corresponde a cerca de 3,5% da população mundial (IOM, 2020). Acrescenta-se, que a emigração tem efeitos variados quer no país de origem quer no país de destino, a níveis sociais, culturais e económicos. Estudar as implicações económicas ganhou por isso um papel de destaque, sendo alvo de estudo de diversas entidades financeiras mundiais. As remessas enviadas pelos emigrantes para casa são o principal reflexo económico da emigração nos países de origem, especialmente nos países em desenvolvimento. Portugal não é exceção, em 2020, voltou a ser o país da União Europeia (UE) que mais remessas recebeu, em valores absolutos, atingindo um total de aproximadamente 3,6 mil milhões de euros. E, em 2021 foi o terceiro país da UE onde as remessas mais pesaram no Produto Interno Bruto (PIB) (Gomes, 2023).

Esta dissertação será pertinente para, no contexto específico de Portugal, perceber a relevância das remessas na economia nacional, em concreto as consequências macroeconómicas e os fatores explicativos das remessas de emigrantes.

O objetivo principal desta investigação centra-se em avaliar as repercussões dos fluxos de remessas de emigrantes portugueses recebidas em Portugal, analisando o seu impacto a nível económico e como esse impacto variou ao longo das últimas décadas. Também se procura verificar quais os fatores que influenciam o envio de remessas, bem como qual o papel que as remessas têm na economia portuguesa. Pretende-se desenhar um perfil da emigração portuguesa, desde meados dos anos 50, identificando traços e características perseverantes, assim como alterações relevantes.

A metodologia utilizada combina duas fases, que juntas possibilitam uma visão das variações e tendências das remessas ao longo dos anos. Para tal realizou-se uma revisão de literatura através da recolha abrangente de artigos científicos, publicações e livros disponibilizados em plataformas como a biblioteca do conhecimento online (B-on), Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) e Google académico, bem como às bases de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Económico (OCDE), Banco de Portugal (BP) e Observatório da Emigração, entre outras.

Numa primeira fase, pretende fazer-se uma análise histórica e descritiva dos fluxos de migração, quer em termos quantitativos (volume global de emigrantes e seus principais destinos), quer em termos qualitativos (idade, estrato socioeconómico, grau de qualificações, ocupações profissionais, etc.). Vai estudar-se a evolução das remessas de emigrantes e o seu peso relativo no conjunto das transferências correntes e de capital assim como a evolução da emigração. Neste contexto, vai ser estudado numa perspetiva microeconómica e macroeconómica as consequências das remessas quer no país de destino quer nos países de origem.

Os motivos que levam as pessoas a tomar a decisão de emigrar variam e dependem de vários fatores, o contexto sendo um deles. A este respeito, a introdução da moeda única (euro) é um marco essencial que importará destacar.

Numa segunda fase, propõe-se quantificar através de um estudo econométrico a importância da análise dos fatores explicativos das remessas de emigrantes recebidas em Portugal nas principais variáveis macroeconómicas designadamente: PIB, taxa de desemprego e taxa de inflação.

A presente dissertação está dividida em cinco partes, para além da introdução e da conclusão. A primeira, intitulada enquadramento teórico, sumariza a literatura estudada, com o objetivo de desenvolver os conceitos principais, analisar as causas e consequências da emigração assim como os fatores explicativos e as consequências das remessas, explorando tanto uma perspetiva macroeconómica como microeconómica. Na secção seguinte, o foco é a evolução das remessas e da emigração em Portugal. Na quarta secção procede-se à descrição da metodologia utilizada e à estratégia de análise. Por último, na quinta secção discutem-se os resultados da análise à evolução do peso das remessas de emigrantes enviadas para Portugal nas principais variáveis macroeconómicas, no período 1953-2020 e reflete-se sobre a importância macroeconómica e financeira das remessas, em Portugal.

## II. Enquadramento Teórico

### 2.1 Conceitos principais: Emigrantes e Remessas

As definições e conceitos fundamentais na análise das remessas de emigrantes serão baseados nos princípios estabelecidos por organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a OIM e a Organização das Nações Unidas (ONU), assim como por organizações nacionais como o BP, o INE e o Observatório da Emigração. Globalmente, embora haja semelhanças nas definições, existem nuances distintas entre elas.

Para definir emigrante, é importante, primeiro, distinguir stocks de fluxos. O stock de emigrantes, mais conhecido como stock por país de nascimento, corresponde ao cálculo do número de indivíduos nascidos num determinado país e residentes num país estrangeiro num dado momento do tempo. Este cálculo é usualmente efetuado através de censos, o método considerado mais fiável. O fluxo de emigração, por seu lado, reflete o cálculo do número de cidadãos que deixam um determinado país e se deslocam para um país estrangeiro, geralmente num ano, com intenção de residir nesse país por um período superior a um ano. Este valor é medido pelo número de saídas anuais (Pires et al., 2023a).

Em Portugal, o Observatório da Emigração, à semelhança do INE e da ONU, define “emigrante” como alguém que tem intenção de viver ou viva num país estrangeiro mais de um ano, independentemente das circunstâncias da sua mudança.

Segundo esta definição, emigrantes portugueses serão aqueles que anteriormente residiam em Portugal, mas que agora residem num país estrangeiro. Sendo assim, filhos de emigrantes portugueses que tenham nascido e residam no país estrangeiro para o qual os pais emigraram, não são considerados emigrantes, ainda que tenham nacionalidade portuguesa.

A emigração pode ser permanente (quando a intenção é ficar no exterior por mais de um ano) ou temporária (para estadias de até um ano).

Assim sendo, considera-se emigrante qualquer pessoa que decide relocalar-se para um país ou área diferente da de residência, com a intenção de aprimorar as suas circunstâncias de vida, tanto em termos sociais quanto materiais, procurando melhores oportunidades não apenas para si, mas também para a sua família.

Deve notar-se que, enquanto a definição de stock de emigrantes é muito consensual, a definição dos fluxos é sujeita a maior variabilidade, pelo que as comparações no tempo e no espaço nem sempre são fáceis de realizar.

Ao abordar o estudo das remessas e o seu respetivo impacto económico, surge inicialmente o desafio da definição do conceito de remessas.

Obter valores precisos sobre remessas internacionais é complicado pela falta de consenso na definição, aliada a disparidades estatísticas, o que dificulta a compreensão efetiva desses fluxos e prejudica a análise comparativa entre países e regiões.

Tal é evidente quando se observam conjuntos de dados nacionais, onde as remessas frequentemente não são comparáveis ou estão sujeitas a classificações inadequadas. Este desafio persiste na medição das remessas e do seu impacto económico. Destacam-se, por um lado, a dificuldade inerente à contabilização das remessas feitas fora dos canais financeiros normais (remessas informais), uma vez que estas não ficam registadas nas contas nacionais, pois operam fora do sistema de supervisão do mercado financeiro; e, por outro lado, as remessas em espécie (bens materiais), em que a transação de bens é feita em pessoa, impossibilitando o seu registo (Malheiros, 2011; Peixoto, 2004; Pires et al., 2023a).

O BP define remessas como os “rendimentos transferidos pelos trabalhadores que nele residem para as suas famílias residentes noutro país”. As remessas são registadas na balança de pagamentos. No contexto português, são creditadas quando os emigrantes enviam dinheiro para as suas famílias, que residem em Portugal, e debitadas quando os imigrantes transferem fundos para as suas famílias que residem no estrangeiro.

Em termos de fluxos da balança de pagamentos, há que ter em conta a distinção entre transferências correntes e transferências de capital. As transferências correntes afetam o nível de rendimento disponível e influenciam o consumo de bens ou serviços, enquanto as transferências de capital não afetam o rendimento disponível, mas sim o investimento e são registadas na conta de capital (International Monetary Fund, 2009).

Apesar das dificuldades de medição, as remessas são definidas como transferências de recursos em dinheiro ou em espécie, realizadas ou recebidas por domicílios residentes para/ou de domicílios não residentes. Incluem todas as transferências correntes entre residentes e não residentes, independentemente da fonte de

rendimento do remetente, como, por exemplo, rendimentos do trabalho, rendimentos empresariais, benefícios sociais e outro tipo de transferências. As remessas também abrangem transferências de fundos enviados para o exterior por indivíduos residentes, para fazer um depósito na sua própria conta bancária no exterior, bem como retiradas para fornecer recursos a um parente ou outra pessoa, sem contrapartida. No entanto, as remessas não incluem transferências de fundos para investimentos financeiros, que são registadas na conta financeira (International Monetary Fund, 2009).

As transferências correntes afetam diretamente o nível de rendimento disponível e influenciam o consumo de bens e serviços, reduzem as possibilidades de rendimento e consumo do doador e aumentam as possibilidades de rendimento e consumo do beneficiário, como por exemplo, benefícios sociais, subsídios de desemprego e ajuda alimentar. Já as transferências de capital não afetam o rendimento disponível e não influenciam o consumo. Resultam numa mudança nos ativos financeiros (ou “stocks de ativos”) de uma ou ambas as partes envolvidas na transação, sem afetar a poupança de ambas as partes. São tipicamente grandes e infrequentes, mas não podem ser definidas exclusivamente pelo seu tamanho ou frequência. Exemplos incluem a transferência de propriedade de ativos não financeiros e o perdão de uma dívida por um credor (Banco de Portugal, 2024a; Banco de Portugal, 2024b; International Monetary Fund, 2009).

## 2.2 Causas e consequências da emigração

Os fatores que influenciam a decisão das pessoas a emigrar são diversos e variam de acordo com o contexto (Peixoto, 2004). Em particular, no cenário europeu, os fatores económicos desempenham um papel crucial. Isto inclui aspetos como níveis de salários e emprego, a estrutura dos mercados de trabalho, a flexibilidade do emprego e a presença da economia informal. Além disso, fatores demográficos, como o envelhecimento populacional e a diminuição demográfica, também impulsionam a migração (Peixoto, 2004).

Outros elementos significativos que influenciam a emigração englobam o comércio internacional, investimento estrangeiro, redes sociais informais, contrabando e tráfico, bem como sistemas ativos de migração. Aspetos políticos e sociais também desempenham um papel relevante, tais como políticas voltadas para a integração da população imigrante e a instabilidade política em países europeus confrontando desafios

migratórios. Em suma, a emigração é fruto de uma complexa interação de fatores económicos, demográficos, sociais e políticos, os quais variam conforme o contexto específico de cada nação (Peixoto, 2004).

Em Solimano (2003) expõe-se que as principais causas da emigração podem ser atribuídas a fatores económicos, sociais e políticos. Economicamente, a emigração pode ser motivada pela procura de melhores oportunidades de emprego e salários em países estrangeiros. Socialmente, a emigração pode ser impulsionada pela procura de melhores condições de vida, educação e saúde para a família. Além disso, fatores políticos, como instabilidade política, conflitos armados e perseguição, também podem levar as pessoas a emigrar na procura de segurança e liberdade. Esses desafios da emigração podem ser agravados pela pobreza extrema, que pode impedir os mais pobres de financiar os custos da migração para um país estrangeiro.

Oglethorpe et al. (2007) identificam tanto fatores de atração (*pull factors*) quanto de repulsão (*push factors*), que influenciam as decisões migratórias. É destacado que esses fatores incluem aspetos económicos, como oportunidades de emprego, e não económicos, como a segurança. Os fatores de repulsão são complexos, costumam estar interligados, impedindo separar uma única causa como o motivo da migração. Predominantemente são de natureza económica, embora possam ter motivações ambientais, socioculturais, políticas ou demográficas. Entre os fatores de repulsão estão ainda a falta de acesso a terras e recursos, escassez de empregos, pobreza, pressão populacional, degradação ambiental, desastres naturais e conflitos civis (Oglethorpe et al., 2007).

Por sua vez, os fatores de atração, direcionam os migrantes para locais que satisfaçam as suas necessidades, entre estes, o acesso a terra e a recursos naturais, segurança, oportunidades de emprego, acesso a mercados, infraestruturas e serviços como transportes e segurança social, e reunificação familiar (Oglethorpe et al., 2007).

A capacidade de emigrar é influenciada pela distância entre o país de origem e os eventuais países de destino, determinando os custos envolvidos na emigração, juntamente com os níveis educacionais que afetam o acesso à informação e a sua respetiva compreensão, a qualidade das comunicações e das redes de transporte, e as políticas nacionais de migração (Massey et al., 1993).

Após a emigração, é comum, que as famílias que tenham permanecido no país de origem se reúnam com os que emigraram primeiro. No entanto, algumas pessoas podem encontrar dificuldades em fazê-lo, devido a vínculos emocionais com as suas casas, famílias, amigos ou mesmo as comunidades (Lee, 1996; Massey et al., 1993).

Uma referência especial deve ser feita às causas das migrações de pessoas altamente qualificadas.

O Cambridge Dictionary define *brain drain* como “a situação em que um grande número de pessoas instruídas e muito qualificadas deixa o seu país para viver e trabalhar noutra país onde os salários e as condições são melhores” (Cambridge Dictionary, n.d.).

Segundo Khan (2021), são cinco os fatores que podem influenciar os jovens altamente qualificados a sair do seu país de origem: os salários baixos, em contraste com os salários atrativos lá fora; a insegurança, como contratos de curto prazo; o processo de recrutamento; as políticas atrativas de migração criadas pelos governos nos países desenvolvidos; e o papel indireto que a internacionalização do ensino superior tem em incentivar a mobilidade permanente.

Murphy e Pacher (2022) estipulam o *brain drain* como um fenómeno regional, que tem consequências ao nível político, económico e social, provando estas implicações ser um desafio constante para os governos.

Além disso, e considerando em particular os emigrantes qualificados, *Atoyán et al.* (2016) mostraram que a emigração afeta negativamente a competitividade, conduzindo à valorização da taxa de câmbio real e à redução do setor comercializável. Isso resulta num impacto negativo no crescimento económico e na convergência do rendimento, com uma diminuição significativa do PIB e do Produto Nacional Bruto (PNB) em comparação com os panoramas em que não se verificou a emigração de trabalhadores qualificados (*Atoyán et al.*, 2016).

É digno de nota que, com a saída do talento jovem qualificado e o gradual envelhecimento da população, há uma pressão nos sistemas de saúde, dadas a escassez de trabalhadores qualificados e as crescentes despesas com a saúde (*Atoyán et al.*, 2016).

Da mesma forma, e mais em geral, Solimano (2003) realça como resultados da emigração o impacto positivo na pobreza e na estabilidade económica, uma vez que os

respetivos retornos financeiros atenuam as dificuldades sentidas pelas famílias, em concreto, em períodos de recessão.

Salientam ainda o impacto no desenvolvimento local, em concreto nas infraestruturas, pois as remessas contribuem para o financiamento de projetos de pequena escala (Solimano, 2003).

### 2.3 Fatores explicativos das remessas

Solimano (2003) identificou quatro causas principais que podem levar os emigrantes a enviar remessas para os seus países de origem e designou-as de micro-motivos da emigração.

O primeiro, o motivo altruísta, significa o emigrante enviar remessas de volta para o país de origem devido à preocupação com o bem-estar da sua família. Por exemplo, um emigrante pode enviar dinheiro para ajudar a pagar despesas médicas ou educacionais de um familiar. Além disso, é comum que emigrantes com níveis mais elevados de educação enviem remessas para países onde o salário médio é mais baixo, o que pode resultar num aumento do padrão de vida da sua família.

O segundo, o motivo de interesse próprio, ocorre quando o emigrante envia remessas principalmente por motivos económicos e de interesse financeiro pessoal. Por exemplo, quando o emigrante decide utilizar a poupança que tem acumulada no exterior para adquirir ativos no país de origem, tanto reais (por exemplo, casas ou terrenos) como financeiros (por exemplo, depósitos a prazo, ações ou obrigações).

O terceiro motivo, o contrato familiar implícito de reembolso, baseia-se na ideia de diversificação de riscos. A família pode enviar um ou mais membros para o exterior como uma estratégia para diversificar os riscos económicos. Por exemplo, se a situação económica no país de origem piorar, o membro da família no exterior pode ajudar a sustentar a família em tempos difíceis. Da mesma forma, a presença de familiares no país de origem pode servir como uma forma de seguro para o emigrante contra possíveis dificuldades no país estrangeiro.

Por último, o contrato familiar implícito de seguro, está relacionado com a ideia de que os mercados de seguros e de capitais são incompletos, e os riscos não podem ser diversificados devido à ausência de ativos financeiros que os protejam. Assim, a

emigração pode ser vista como uma estratégia de co-seguro, onde as remessas desempenham o papel de uma reivindicação de seguro. Por exemplo, a presença de membros da família em diferentes países pode ajudar a diversificar os riscos económicos, proporcionando segurança financeira em caso de dificuldades em um dos países.

#### 2.4 Consequências das remessas

As remessas têm crescido rapidamente ao longo das últimas décadas, atingindo um total, aproximadamente, de \$656 mil milhões de USD em 2023, com um crescimento de 0,7% de 2022 para 2023 com a maioria dos fluxos destinados a países em desenvolvimento e com baixos rendimentos. Ainda em 2023 as remessas ultrapassaram o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), que registou um crescimento negativo e a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD), que registou um crescimento modesto. A diminuição que se registou de 2022 para 2023 das remessas para os países do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), devido aos preços do petróleo e às políticas migratórias, e para a Federação Russa, devido às sanções internacionais e à situação geopolítica afetou de forma negativa o crescimento das remessas para o Médio Oriente, África do Norte e Ásia Central, assim como para a Europa (World Bank Group, 2024).

O crescimento do mercado de trabalho nos EUA catalisou as tendências globais dos fluxos das remessas permitindo projeções de crescimento de 2,3% para 2024 e de 2,8% para 2025, prevendo atingir \$690 mil milhões de USD em 2025 (World Bank Group, 2024).

O custo associado a enviar remessas continuou elevado em 2023, acima da meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, atingindo no último trimestre de 2023 uma média global de 6,4% para enviar 200 USD. Os custos associados às remessas digitais foram em média 5% mais baixos, realçando, as vantagens da tecnologia (World Bank Group, 2024).

Neste ponto será discutido o impacto das remessas na economia e no desenvolvimento, diferenciando, entre perspetivas microeconómicas e macroeconómicas.

### 2.4.1 Perspetiva macroeconómica

O artigo de Ferreira *et al.* (2020) aborda a ótica macroeconómica das consequências das remessas e destaca a importância que estas têm para a economia global. Os autores utilizam a World Input-Output Database (WIOD) para verificar os efeitos multiplicadores das remessas na economia. Estes dizem respeito aos impactos económicos em cadeia que sucedem logo a seguir a ser feita uma injeção inicial de dinheiro numa economia, neste caso, através das remessas. Estas conduzem a gastos e subsequentemente ao aumento da procura, da produção e do emprego. A integração das remessas no modelo WIOD permite monitorizar e quantificar os efeitos em cadeia, na economia, que sucedem à injeção. Do estudo concluiu-se que as remessas afetam os países de forma diferente, afetando mais uns do que outros, especialmente os países em desenvolvimento, devido essencialmente à magnitude das remessas, à sua utilização e à estrutura económica do país. Ademais as remessas criam interdependência económica entre países, ou seja, as remessas podem levar a que as decisões económicas e/ou políticas que um país faz tenham efeitos noutra país (Ferreira *et al.*, 2020). Pode ainda contribuir para uma melhor posição da balança de pagamentos, reduzindo o défice, uma vez que as remessas além de serem uma fonte de divisas significativa para muitos países, são também mais estáveis em comparação com outros fluxos de capital (Ferreira *et al.*, 2020; Přívara, 2019).

Um estudo feito por Daniel Makina que analisa a relação a longo prazo (dados de 1991-2019) entre as remessas de emigrantes e o consumo das famílias em Lesoto enfatiza, igualmente, o efeito multiplicador que as remessas têm, quer no consumo quer no investimento (real e financeiro) (Makina, 2024).

No caso de Lesoto, em 2020, as remessas representaram 20% do PIB. Nos países em desenvolvimento, as remessas têm um papel crucial como fonte de financiamento externo, ao contribuírem para uma economia mais forte e estável, suavizando os padrões de consumo e de investimento especialmente durante crises económicas e/ou desastres naturais. Uma vez que as remessas têm tendência, nestes períodos, a ser contracíclicas, proporcionam ajuda financeira fundamental quando mais é necessário (Makina, 2024; World Bank Group, 2024).

Numa ótica macroeconómica as remessas têm capacidade para desenvolver o setor financeiro, influenciar o mercado de trabalho e a oferta de mão de obra, reduzir a pobreza

e fornecer um rendimento suplementar às famílias, sobretudo em países com taxas de desemprego elevadas (Makina, 2024; World Bank Group, 2024).

O World Bank (2006) e o World Bank Group (2024) destacam que as remessas podem contribuir para a estabilidade financeira do país, fortalecendo as reservas de moeda estrangeira, concedendo acesso a capital e melhorando a capacidade de crédito do país para empréstimos externos.

Um exemplo disso é a pandemia COVID-19, que reforçou o papel importante que as remessas têm em tempos de crise, especialmente para os países em desenvolvimento. Um estudo realizado por Kpodar, Mlachila, Quayyum e Gammadigbe (2021), analisou os dados mensais de 52 países durante a pandemia COVID-19, à procura dos efeitos e dos impulsionadores das remessas. Os autores inferiram que as medidas de contenção aplicadas reduziram as entradas de remessas. Contudo, com as restrições aos canais informais, as remessas formais aumentaram, e quanto maior o estímulo fiscal implementado no país mais remessas foram enviadas. Apesar de ter ocorrido uma recessão global, as remessas, de acordo com os autores, mostraram uma forte resiliência (Kpodar *et al.*, 2021).

As remessas têm ainda um papel importante no financiamento de projetos de investimento comunitário/pequena escala. Elas estão também ligadas, mais recentemente, a iniciativas de sustentabilidade chamadas “remessas verdes”, que consistem em remessas direcionadas à melhoria do padrão de vida através de investimentos sustentáveis, por exemplo, “um projeto de perfuração de poços e criação de armazenamento de água no Gana” (Mills, 2023, p.8). Estão atualmente a ser feitos esforços para educar comunidades e tentar implementar estes projetos numa maior escala (Mills, 2023).

A OIM está, igualmente, envolvida em projetos como literacia financeira, inclusão e melhoria do acesso a serviços financeiros em prol de ajudar as famílias que recebem remessas a reinvestir o capital, estimulando a economia local com criação de novos empregos (International Organization for Migration, 2016).

As remessas podem ter efeitos contracionistas ou expansionistas na atividade económica, dependendo de quem as recebe. Quando as remessas beneficiam empreendedores com restrições de crédito, estas tendem a expandir a atividade económica, aumentando o investimento e a procura de trabalho. Por outro lado, quando

os trabalhadores assalariados são os principais beneficiários das remessas, a atividade económica tende a contrair, devido a uma queda na oferta de trabalho, o que por sua vez reduz o retorno sobre o investimento (Bahadir *et al.*, 2018).

A nível governamental Makina (2024) sugere que as remessas tem também um efeito positivo, uma vez que, quanto maior o consumo, maior a obtenção de impostos.

Contudo, (Fullenkamp *et al.*, 2008) apontam que as remessas têm efeitos no investimento interno e na qualidade das infraestruturas públicas. A este efeito dá-se o nome de “*moral hazard*”, porque as remessas podem reduzir a vontade política de implementar reformas necessárias para o crescimento económico. Isto ocorre porque as remessas tendem a aliviar as restrições fiscais do governo, adiando a necessidade de reformas e melhorias das infraestruturas públicas.

Bussolo *et al.* (2007) e Fullenkamp *et al.* (2008) sugerem que, embora as remessas tenham efeitos positivos no desenvolvimento dos países recetores, quando os fluxos são desproporcionais em relação ao tamanho da economia recetora, podem resultar em efeitos adversos, como a apreciação da taxa de câmbio, que afeta o setor produtivo e os preços relativos, que subsequentemente conduzem ao aumento do desemprego e da emigração (Přivara, 2019). Este fenómeno pode levar à chamada “doença holandesa” no país de origem (de Sousa, 2018).

A “doença holandesa” descreve a situação em que um país enfrenta uma valorização excessiva da sua moeda devido a altas receitas de exportação de recursos naturais, como gás ou petróleo, prejudicando a competitividade de outros setores económicos. Isso pode levar à desindustrialização, porque a entrada de divisas estrangeiras provenientes das exportações de recursos naturais aumenta a oferta de moeda estrangeira no país, levando subsequentemente à valorização da moeda local que por sua vez leva as indústrias locais a perder competitividade e torna a economia vulnerável a flutuações nos preços internacionais dos recursos naturais (Silva, 2014).

As remessas dos emigrantes podem contribuir para a doença holandesa ao aumentar a procura interna, que pode pressionar a taxa de câmbio e desviar recursos para setores não relacionados à exportação, gerando desequilíbrios económicos (Silva, 2014).

Solimano (2003) destaca a necessidade de políticas eficazes para melhorar a eficiência e o impacto das remessas nos países em desenvolvimento. Fullenkamp *et al.* (2008), alertam que essas políticas devem ser cuidadosamente avaliadas para evitar impactos negativos.

#### 2.4.2 Perspetiva microeconómica

A nível microeconómico as remessas conduzem ao aumento do consumo, dado que as famílias passam a ter um rendimento adicional disponível para utilizar em alimentação, educação, e saúde, o que lhes permite melhorar as suas condições de vida (Perez-Saiz *et al.*, 2019).

Makina (2024) sugere que a, longo prazo, existe uma relação positiva entre o consumo das famílias e as remessas. Visto que o consumo tem um papel tão importante na procura agregada, o aumento das remessas pode promover o crescimento económico. Ademais, pode, em tempos de crise, ajudar a atenuar a flutuações do consumo, permitindo às famílias manter os seus padrões de consumo (maior estabilidade e segurança financeira) (Makina, 2024; Yang *et al.*, 2023).

Contudo, a curto prazo, regista-se um impacto negativo no consumo, atribuído por Makina (2024) a um período de adaptação. Este autor explica que o consumo pode ser inicialmente financiado por fontes de rendimento informais e que as famílias quando recebem remessas pela primeira vez priorizam poupar ou investir em vez de aumentarem, de imediato, o consumo. Este comportamento está, a seu ver, associado a tentar garantir uma maior estabilidade financeira a longo prazo. No entanto, à medida que as famílias incorporam as remessas nas suas vidas e nos seus padrões de consumo, o efeito negativo a curto prazo vai desaparecendo, resultando, a longo prazo num impacto positivo.

Porém, em alguns casos as famílias não procuram outro meio de sustento, o que pode desincentivar a diversificação económica, o emprego local e criar dependência económica o que deixa as famílias suscetíveis à volatilidade resultante da situação económica e/ou das políticas de migração (World Bank Group, 2017; World Bank Group, 2024).

As remessas têm sido extensivamente estudadas quanto ao seu impacto na redução da pobreza e das desigualdades de rendimentos nos países recetores. Enquanto as remessas parecem diminuir a pobreza das famílias que as recebem, o efeito sobre as desigualdades de rendimentos é complexo e menos claro (Makina, 2024).

O impacto das remessas na desigualdade depende do contexto económico do país e das políticas governamentais. Há autores que indicam que as remessas podem contribuir para diminuir a desigualdade, enquanto outros sugerem que inicialmente, pode haver um aumento temporário das desigualdades (Přivara, 2019).

Por um lado, há artigos que indicam que, em países onde a desigualdade inicial é alta, as remessas podem contribuir positivamente, uma vez que estas têm tendência a ir para as famílias com rendimentos mais baixos, o que aumenta o seu rendimento disponível, subseqüentemente reduzindo a desigualdade existente entre as famílias com maiores e menores rendimentos (Přivara, 2019).

No entanto, também há estudos que evidenciam que as remessas podem suscitar um aumento temporário das desigualdades entre as famílias que recebem e as que não recebem remessas. Isto ocorre devido aos custos associados à migração, que geralmente são altos e suportados por migrantes com rendimentos médios/altos. Excluem-se, assim, as famílias que não têm capacidade de enviar um familiar para fora, não tendo assim acesso a remessas (Richard & Page, 2003; Přivara, 2019).

Contudo a longo prazo, esta situação tem tendência a alterar-se, conforme os custos de sair do país diminuem e mais pessoas, inclusive as mais desfavorecidas conseguem emigrar (Přivara, 2019).

As remessas têm sido também associadas ao financiamento de microempresas e ao aumento do investimento em novas tecnologias, o que contribui para o crescimento económico local e a criação de empregos (World Bank Group, 2024; Yang *et al.*, 2023).

As remessas, enquanto fonte de capital, permitem a indivíduos que de outra forma não conseguiriam ter acesso a um empréstimo recebê-lo de uma forma informal, reduzindo a exposição ao risco (Yang *et al.*, 2023).

As remessas, especialmente nos países em desenvolvimento, desempenham um papel importante no empoderamento feminino e na redução das desigualdades de género. Este financiamento concede às mulheres as condições necessárias para entrarem no

mercado de trabalho e criarem os seus próprios negócios, o que também ajuda a reduzir o desemprego (Mirpourian *et al.*, 2021; Yang *et al.*, 2023).

### **III. Breve análise da evolução da emigração e das remessas em Portugal**

#### 3.1 Evolução da Emigração

Neste capítulo será realizada uma breve análise da evolução da emigração portuguesa.

Segundo Baganha (1994), “Em Portugal, a emigração é um fenómeno permanente desde há alguns séculos, mas as correntes migratórias que a constituem são temporárias e apresentam características específicas.” (Baganha, 1994 citada por Dinis, 2012).

De acordo com a mesma autora (1994), a emigração de Portugal entre 1900 e 1988 foi notável, tendo atingido os 3,5 milhões de pessoas. Contudo, aproximadamente 25% foram emigrações ilegais.

No século XIX, na segunda metade, deu-se o início da emigração portuguesa em grande escala. Cerca de 61% do total das saídas registadas ocorreram entre 1950-1988 (Baganha, 1994). O elevado fluxo de emigração nessa época deveu-se em grande parte às desfavoráveis condições económicas e à instabilidade política que o país enfrentava. Segundo esta autora, entre 1950 e 1988, 59% do fluxo migratório nacional dirigiu-se para a França e para a Alemanha, enquanto 30% se orientou para o Brasil, os Estados Unidos e o Canadá (Baganha, 1994).

São vários os autores que dividem em três fases distintas a emigração portuguesa. A primeira, transatlântica, ocorreu entre meados do século XIX até à década de 50 do século XX, tendo neste período o Brasil sido o principal país de destino dos emigrantes portugueses (mais de 80% até 1949 e 68% nos anos 50). A segunda fase, intraeuropeia e posterior à segunda guerra mundial, ocorreu entre os anos 60 e 70 do século XX, tendo neste caso sido a França o principal destino dos emigrantes portugueses. A terceira e última fase começou em 1980 e perdura até aos dias de hoje (Baganha, 1994; Arroiteia, 2001; Peixoto, 1993; Dinis, 2012; Ribeiro, 2021).

A primeira fase é marcada pela emigração de trabalhadores rurais, pouco qualificados, que foram maioritariamente para ex-colónias portuguesas, como o Brasil à procura de melhores condições de vida. A emigração tornou-se a solução que muita gente encontrou para combater não só a pobreza que o país enfrentava, como a falta de terra e a sobrepopulação rural (Peixoto *et al.*, 2016).

A seguir à segunda guerra mundial, na segunda fase, Portugal foi dos principais países exportadores de trabalhadores para a Europa Ocidental. Estes, pouco ou nada qualificados, sobretudo provenientes dos meios rurais, trocaram o campo pelas cidades industriais da Europa. Estas encontravam-se num boom económico e tinham uma elevada procura de mão de obra à conta da necessidade de reconstrução do pós-guerra (Peixoto *et al.*, 2016; Ribeiro, 2021).

A terceira fase, que se estende até aos dias de hoje, introduziu novas motivações e padrões na emigração portuguesa. É caracterizada pela evolução das economias e das políticas migratórias, tanto a nível nacional como global, e pela alteração das expectativas e objetivos dos emigrantes (Peixoto *et al.*, 2016).

Após 1980 verificou-se, de facto, uma mudança, com uma diminuição inicial da emigração e uma melhoria económica, em parte porque Portugal efetuou a transição para um país democrático em 1974 e porque deu entrada e se tornou membro da UE em 1986. Durante este período, cresceram as oportunidades e o crescimento económico o que suscitou o regresso de muitos emigrantes para Portugal (Góis & Marques, 2018; Peixoto, 1993).

Os incentivos à imigração decorrentes da adesão à UE proporcionaram, também, a reversão do fluxo migratório, passando agora Portugal a ser um país de destino, especialmente para países africanos (Piras, 2023).

Qualitativamente, até aos anos 80 do século XX, os emigrantes portugueses eram maioritariamente do sexo masculino, jovens (entre os 15 e 45 anos), solteiros e em geral pouco qualificados, com pouca ou nenhuma qualificação técnica ou profissional, muitos provenientes do setor agrícola (Baganha, 1994).

Após os anos 80, manifestou-se uma diversificação nos perfis dos emigrantes portugueses, com a presença de mais mulheres, mais homens jovens e mais qualificados. A partir de 1990, observou-se mesmo um aumento da emigração de profissionais

altamente qualificados como médicos e cientistas que começaram a sair à procura de salários melhores.

Ademais a emigração passou a ter uma componente temporária em vez de definitiva, uma vez que grande parte dos emigrantes alternava entre Portugal e os diversos destinos no decorrer do ano. Com o aumento de trabalhadores mais qualificados cresce a presença no setor de comércio e serviços, refletindo uma nova face da emigração portuguesa (Malheiros, 2011; Peixoto *et al.*, 2016).

Paralelamente, ocorreu uma diversificação dos destinos, passando a Suíça, o Reino Unido, a Espanha e os países nórdicos a ter uma preferência crescente dos portugueses emigrantes, dada a presença de mercados de trabalho e compensações mais atrativas nestes países (Peixoto *et al.*, 2016).

Em 2008, a crise económica e, subsequentemente, a grande recessão abalaram o país, afetando a economia portuguesa, e por consequência os portugueses. Portugal entrou numa época de cortes orçamentais, subida de impostos, reformas estruturais, salários baixos e desemprego elevado. Sobretudo a partir de 2011, data do início da crise financeira em Portugal, foram muitos os portugueses que saíram. O estado do mercado de trabalho, juntamente com o agravamento das condições económicas, conduziram muitos trabalhadores qualificados e jovens recém-formados a sair de Portugal à procura de salários mais elevados (Peixoto *et al.*, 2016).

A percentagem de emigrantes portugueses com formação superior quase duplicou de 2001 para 2011, passando de 6% para 11%, nesta década, evidenciando um aumento da tendência de habitantes qualificados emigrados (Pires *et al.*, 2023a).

Simultaneamente, os destinos de preferência tornaram-se países com economias mais resilientes e com oportunidades e condições de trabalho melhores como o Reino Unido, Irlanda, Alemanha e Suíça (Peixoto *et al.*, 2016).

Sobretudo nas últimas décadas, as tecnologias, quer no âmbito dos transportes quer no âmbito da comunicação, permitem aos emigrantes manter laços fortes com Portugal, facilitando emigrações temporárias e circulares, onde estudantes e trabalhadores têm a possibilidade de explorar oportunidades e movimentar-se entre países por períodos limitados (Peixoto *et al.*, 2016).

Segundo Pires et al. (2023b), “de 2001 a 2020, saíram anualmente de Portugal, em média, mais de 75 mil pessoas” (p.9). Este fluxo, juntamente com as vagas migratórias anteriores, resulta numa população emigrada de mais de 2,1 milhões de portugueses tornando Portugal, em termos relativos, o oitavo país do mundo com mais emigração (Pires et al., 2023b).

Atualmente, a emigração portuguesa tem como destino, essencialmente, países europeus. Considerando dados de stock, destaca-se ainda a França como o principal país de destino, devido ao volume dos fluxos desde os anos 60, residindo neste país perto de 600 mil portugueses. O perfil dos emigrantes portugueses é equilibrado, com uma distribuição semelhante de homens e mulheres, maioritariamente jovens, estes qualificados (Pires et al., 2023b).

Uma visão sintética da emigração portuguesa nas últimas décadas, considerando ainda dados de stock, está representada na Tabela 1.

Tabela 1: Estimativas do número total de emigrantes portugueses, 1960-2020

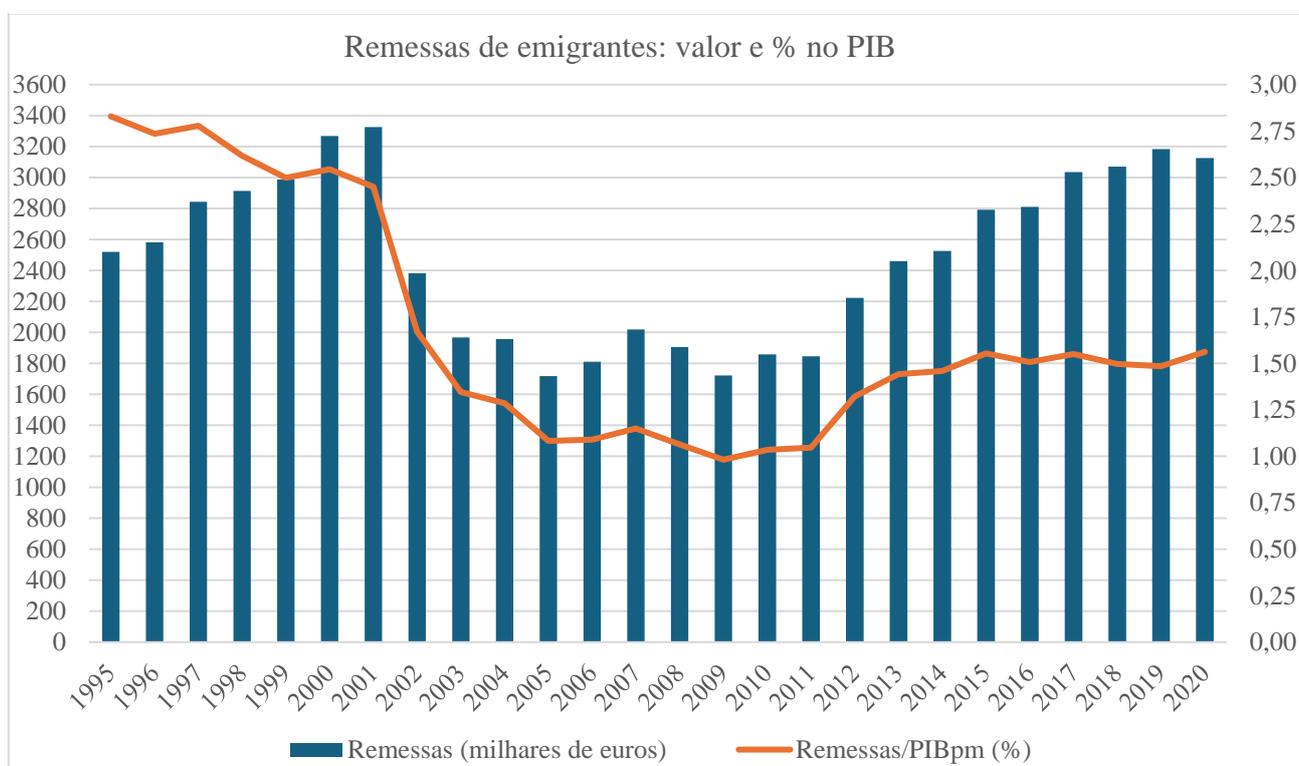
Fonte					
Anos	Banco Mundial [A]	Nações Unidas [B]			
		Total	Europa	América	Outros
2020	..	2,081,419	1,451,252	579,178	50,989
2019	..	2,631,559	1,493,128	1,051,484	86,947
2017	2,289,642	2,266,735	1,502,151	592,642	171,942
2015	..	1,971,655	1,382,204	541,673	47,778
2013	2,028,597	..	..	..	..
2010	2,229,620	1,927,397	1,336,076	536,732	54,589
2005	..	1,743,009	1,100,126	582,163	60,72
2000	1,337,442	1,993,793	1,297,016	643,308	53,469
1995	..	1,920,865	1,184,057	684,194	52,614
1990	1,780,764	1,871,869	1,089,715	728,841	53,313
1980	1,872,021	..	..	..	..
1970	1,284,269	..	..	..	..
1960	935,521	..	..	..	..

Fonte: Observatório da Emigração e execução própria

### 3.2 Evolução das remessas

O Relatório da Emigração Portuguesa de 2023 (Pires et al., 2023a) menciona um padrão de crescimento nas remessas, assim como as flutuações pelas quais estas passaram ao longo dos anos. Em 2022 registou-se um recorde de remessas recebidas no valor de 3,892,260,000€, um aumento de 6% em relação a 2021. Superou o valor máximo de 3,736,820,000€, previamente alcançado em 2001.

Gráfico 1: Evolução das remessas recebidas em Portugal, em milhares de euros, preços correntes e em percentagem do PIB, 1995-2020



Fonte: Banco de Portugal e execução própria

Com a implementação do euro em Portugal, registou-se entre 1996 e 2002 um crescimento constante e positivo das remessas, com um aumento nominal de 37% nesse período. Verificou-se em 2001, como já previamente mencionado um recorde de remessas recebidas. Posteriormente, entre 2002 e 2004 registou-se uma diminuição das remessas recebidas em Portugal. Este declínio pode ser atribuído a uma variedade de fatores, económicos, políticos e/ou sociais, quer no país de destino quer em Portugal. A partir de 2004, houve fases de aumento e fases de declínio, pois as transferências são influenciadas

por vários fatores: as condições económicas, as taxas de câmbio, as políticas migratórias, e a empregabilidade (tanto em Portugal como no estrangeiro, no país de destino dos emigrantes). Um exemplo disso, é a crise económica global de 2008, que afetou muitas economias, incluindo as dos países para onde é mais comum os portugueses emigrarem, como a Suíça e a França, resultando que durante esse período haja menos transferências e subsequentemente menos remessas enviadas para Portugal (Pires *et al.*, 2023a).

Como referido, as flutuações das remessas são o resultado de uma complexa interação de fatores económicos, políticos e sociais, que influenciam a capacidade dos emigrantes de enviar dinheiro (Pires *et al.*, 2023a).

O Relatório da Emigração de 2023 faz ainda uma análise da evolução das remessas recebidas em contrapartida ao crescimento do PIB português, entre os anos de 1996 e 2022.

É possível constatar que, apesar das remessas recebidas corresponderem a uma percentagem relativamente baixa do PIB, o seu valor absoluto é considerável, o que demonstra a influência que a emigração portuguesa detém sobre a economia nacional (Pires *et al.* 2023a).

No entanto, no passado, ao longo do século XX e até à década de 80, o peso das remessas no PIB era considerável. Exibiu um padrão de crescimento positivo, começando em 1950, em que as remessas representavam cerca de 2% do PIB, passando para 4% em 1960 e 8% e 10% nas décadas de 70 e 80, respetivamente (Baganha, 1994). Se no final do século XX o valor se aproximava dos 3%, atualmente reduziu-se para apenas 1,5%.

De acordo com os dados do BP, em 2022, Portugal foi o segundo país da UE com mais remessas recebidas, em valor absoluto. Segundo esta instituição, “em Portugal, o valor de remessas recebidas é superior ao valor de remessas pagas” (Banco de Portugal, n.d.-a). Para muitos países as remessas representam uma fonte de rendimento muito importante, contribuindo positivamente para as contas externas. Portugal não é exceção. É, historicamente um país onde o saldo das remessas é positivo, ou seja, o crédito é superior aos débitos registados (Banco de Portugal, n.d.-a).

## **IV. Fatores explicativos do envio de remessas para Portugal**

### 4.1 Introdução

Vamos agora analisar os fatores explicativos do envio de remessas de emigrantes para Portugal. A metodologia utilizada neste capítulo combina uma análise econométrica com análises comparativas que visam explicar as variações nas remessas enviadas para Portugal nas últimas décadas.

Assim, com recurso à base de dados do BP procedeu-se à análise dos 10 países que se destacam pelo grande volume de remessas enviadas para Portugal. Primeiro, no período entre 1996-2023, em que se analisou de forma detalhada as tendências das remessas consoante o país de origem. Contudo, devido à falta de dados entre 1996-2005, o segundo período estudado é o de 2005-2020. Neste período, foi-nos possível identificar os países com o maior número de emigrantes portugueses assim como os países que mais remessas enviam para Portugal, per capita.

A análise econométrica realizou-se com o propósito de apurar os fatores explicativos das remessas de emigrantes recebidas em Portugal. Os dados são retirados das séries longas do BP e abrangem um período de 27 anos (1996-2023). Utilizam-se como variáveis o PIB, a taxa de desemprego e a taxa de inflação, escolhidas pelo impacto que se considera que têm nas remessas. O método utilizado é o OLS (Ordinary Least Squares).

### 4.2 Análise das remessas por país de origem: 1996-2023

De acordo com a base de dados detalhada do BP foi possível criar as tabelas 2 e 3 que consistem numa análise detalhada das principais tendências e variações que as remessas sofreram consoante o país de origem, no decorrer de quase três décadas.

A economia global é fortemente influenciada pelas remessas internacionais, detendo estas um papel importante na estabilidade financeira de qualquer país, afetando diretamente a balança de pagamentos.

Neste período de 27 anos foram 10 os países que se escolheu analisar e 6 os que se destacaram pela quantidade de remessas que enviaram no decorrer dos anos.

De forma geral as remessas aumentaram até 2001, com um ligeiro declínio em 2002, seguido de uma recuperação gradual. Em 2007, sentiu-se uma ligeira diminuição tendo no ano a seguir retomado o crescimento de forma geral até 2023. Nas posições de liderança estão a Suíça e a França como os 2 principais países a enviar remessas para Portugal e Angola destaca-se por mostrar potencial de crescimento.

Nas tabelas 2 e 3: Remessas por país, estas respetivas aos principais 6 países com maior percentagem de envio de remessas é possível verificar as tendências das remessas, em 1996 em comparação com 2023.

A Alemanha e os EUA mantiveram-se ao longo das 3 décadas como principais países remetentes, mas a sua participação relativa diminuiu. O Reino Unido começou com 3,25% das remessas totais em 1996, mais recentemente, em 2023, representa 11,74%. Entre 1996 e 2010 houve uma flutuação no crescimento, sentindo-se a partir de 2001 uma diminuição, que se manteve em geral até 2010. A partir deste ano registou-se um crescimento progressivo estável até aos dias de hoje.

O Luxemburgo em 1996 era um dos países que mais remessas enviava tendo com o passar dos anos perdido essa posição, tendo sofrido oscilações, a maior sentida de 2018 para 2019 com uma diminuição acentuada no envio de remessas.

Angola tem vindo a crescer significativamente, uma vez que em 1996 não se encontrava nos Top 6, tendo começado com nem 1% das remessas totais (0,19%) e em 2023 tinha um total de 7,76%.

A França e a Suíça são os dois países que mais remessas enviam para Portugal e tal é verdade e mantem-se desde 1996, representando juntos mais de metade das remessas totais enviadas para Portugal/ recebidas pelas famílias portuguesas. A França manteve a primeira posição durante grande parte das quase 3 décadas tendo sido ultrapassada pela Suíça pela primeira vez em 2020 e mais recentemente em 2023.

Tabela 2: Remessas por país, 1996

Posição	TOP 6 - 1996	%	% acumulada
1º	França	41,22	41,22
2º	Suíça	21,20	62,43
3º	EUA	12,73	75,15
4º	Alemanha	9,66	84,81
5º	RU	3,25	88,06
6º	Luxemburgo	3,02	91,08

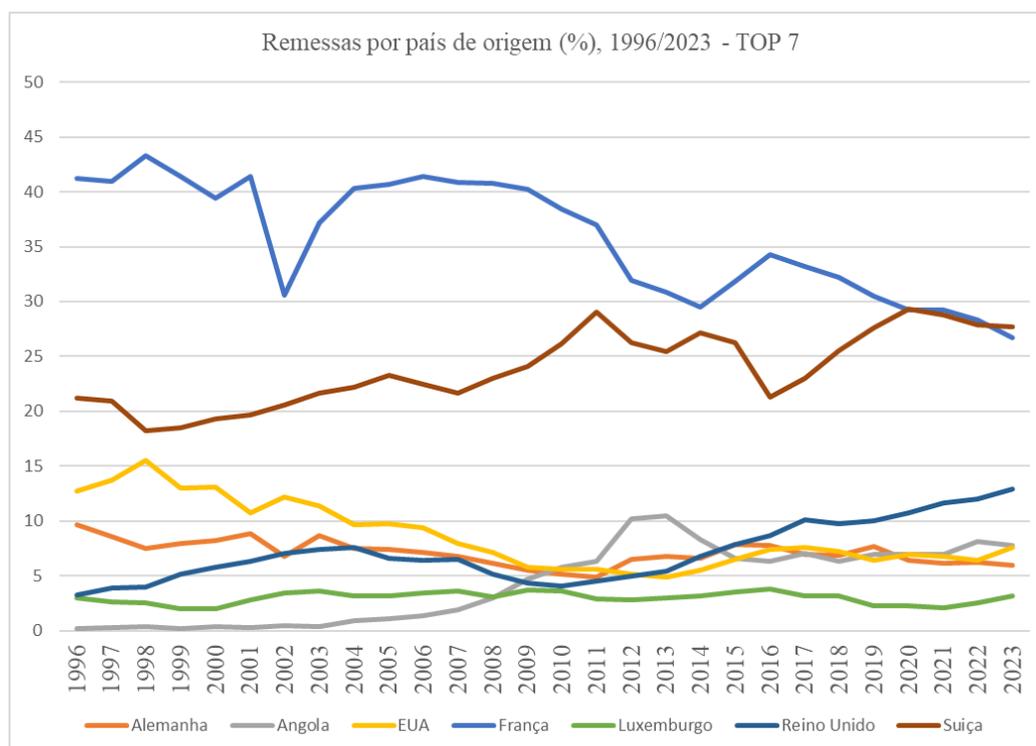
Fonte: Banco de Portugal e execução própria

Tabela 3: Remessas por país, 2023

Posição	TOP 6 - 2023	%	% acumulada
1º	Suíça	27,66	27,66
2º	França	26,73	54,39
3º	RU	12,94	67,32
4º	Angola	7,76	75,09
5º	EUA	7,55	82,64
6º	Alemanha	5,97	88,60

Fonte: Banco de Portugal e execução própria

Gráfico 2: Remessas por país de origem (%), 1996/2023 - TOP 7



Fonte: Banco de Portugal e execução própria

#### 4.3 Análise do número de emigrantes por país de destino: 2005-2020

As tabelas 4 e 5 permitem analisar a quantidade de emigrantes de nacionalidade portuguesa de acordo com o país de destino. Com a base de dados do BP foi possível elaborar o quadro que permite reconhecer possíveis padrões e disposições da migração portuguesa, em valores absolutos e percentuais.

A dificuldade de aquisição de dados limita o espetro de análise pelo que esta terá como foco essencialmente os anos entre 2005 e 2020, para os quais existem dados completos. São 10 os países importantes de mencionar e 6 os países que se destacam pelo elevado fluxo de emigrantes portugueses no seu território. De forma geral o número de emigrantes de nacionalidade portuguesa no estrangeiro teve um aumento gradual entre 2005 e 2020. Em 2005, França ocupava a primeira posição como o principal destino dos emigrantes portugueses representando sozinha quase metade do total de emigrantes (40,96%), embora a ligeira diminuição, o mesmo foi verdade em 2020, retratando 33,82% do total de emigrantes.

A Suíça é outro país que tem continuamente mantido a sua relevância como país de destino para os portugueses, apresentando um crescimento positivo durante 15 anos, observando-se a partir de 2016 uma gradual diminuição sentida até aos dias de hoje.

A Alemanha apresenta um ligeiro crescimento no número de portugueses no seu território de 2005 para 2020, sendo possível verificar uma queda entre 2004 e 2011, retomando o crescimento no ano a seguir.

O Reino Unido aponta ser um destino estável e importante para os portugueses tendo subido dos 6,92% para os 16,75%, ultrapassando a Alemanha e a Suíça tornando-se o 2º maior país com emigrantes portugueses.

O Luxemburgo ocupou em 2005 e em 2020 a sexta posição, assegurando essa posição com um crescimento gradual pouco acentuado de 0,29% de 2005 para 2020.

Por último a Espanha, é um país que sofreu oscilações, a sua participação variou ao longo das últimas 2 décadas. Registou um crescimento progressivo entre 2005 e 2010, registando uma subida de quase 5%, diminuindo nos anos seguintes atingindo os 6,37% em 2015 e 6,10% em 2020, mantendo-se mesmo assim um país muito procurado pelos portugueses assegurando assim a sua posição, em quinto lugar, em 2020.

As variações decorridas ao longo dos anos refletem as políticas económicas e sociais dos países que subsequentemente levam os emigrantes portugueses a escolhê-los como destino assim como, as preferências e as oportunidades que os portugueses têm tido nas últimas quase duas décadas.

Tabela 4: Emigrantes (nacionalidade portuguesa) por país, 2005

Posição	TOP 6 - 2005	%	% acumulada
1º	França	40,96	40,96
2º	Suíça	13,97	54,93
3º	Alemanha	9,62	64,56
4º	RU	6,92	71,47
5º	EUA	5,91	77,39
6º	Luxemburgo	5,64	83,03

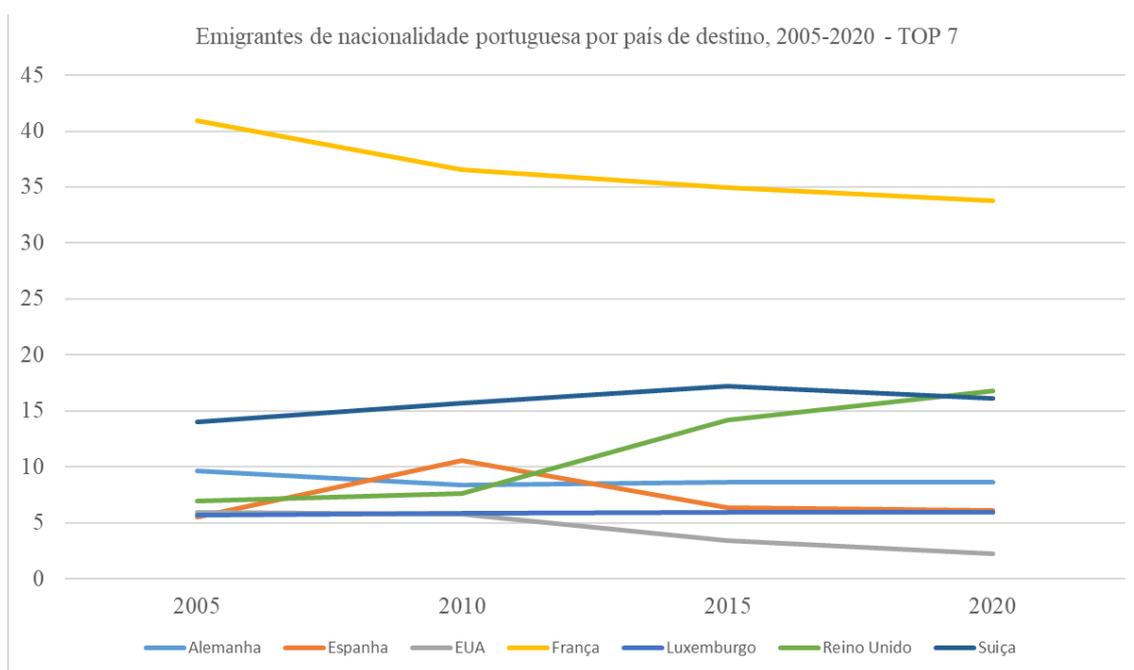
Fonte: Banco de Portugal e execução própria

Tabela 5: Emigrantes (nacionalidade portuguesa) por país, 2020

Posição	TOP 6 - 2020	%	% acumulada
1º	França	33,82	33,82
2º	RU	16,75	50,57
3º	Suíça	16,09	66,65
4º	Alemanha	8,65	75,30
5º	Espanha	6,10	81,40
6º	Luxemburgo	5,93	87,33

Fonte: Banco de Portugal e execução própria

Gráfico 3: Emigrantes de nacionalidade portuguesa por país de destino, 2005/2020 - TOP 7



Fonte: Banco de Portugal e execução própria

#### 4.4 Evolução das remessas per capita, por país: 2005-2020

As tabelas 6 e 7 representam os 6 países que mais remessas per capita enviam para Portugal desde 2005 até 2020, permitindo uma análise comparativa entre estes países ao longo dos anos. O que permite adquirir uma visão abrangente das variações que as remessas e a população emigrante sofreram ao longo dos últimos anos. As remessas per capita representam o total de remessas por país a dividir pelo número de emigrantes residente nesse país.

A Suíça liderava em 2005 com cerca de 3097€ per capita e embora tenha apresentado um crescimento progressivo ao longo dos 15 anos foi ultrapassada pelos EUA que em 2020 atingiram os 6874€ per capita. A França manteve-se constante com um ligeiro aumento nas remessas per capita e os Países Baixos entre 2005 e 2015 apresentaram um aumento significativo, mas sentiram uma queda de 2015 para 2020, apesar de ocuparem o quarto lugar em 2020, com 1839€ per capita. A Alemanha manteve a quinta posição mantendo-se ao longo das 2 décadas com uma participação estável e importante e o Reino Unido experienciou um declínio encontrando-se em 2020 em sexto lugar com 1414€ per capita.

Tabela 6: Remessas por país, 2005

Posição	TOP 6 - 2005	€
1º	Suíça	3097
2º	EUA	3074
3º	França	1847
4º	RU	1772
5º	Alemanha	1423
6º		

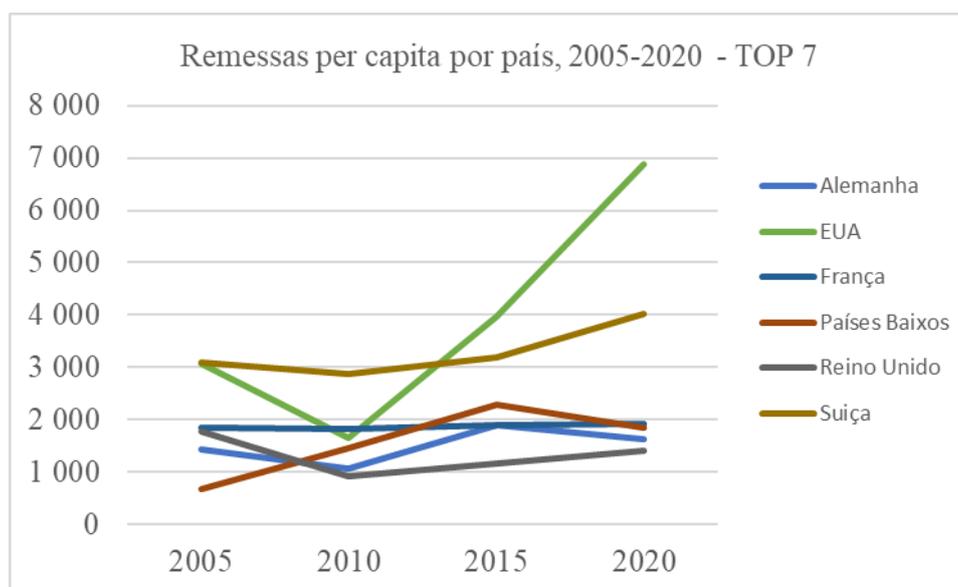
Fonte: Banco de Portugal e execução própria

Tabela 7: Remessas por país, 2020

Posição	TOP 6 - 2020	€
1º	EUA	6874
2º	Suíça	4024
3º	França	1914
4º	Países Baixos	1839
5º	Alemanha	1630
6º	RU	1414

Fonte: Banco de Portugal e execução própria

Gráfico 4: Remessas per capita por país, 2005-2020 - TOP 7



Fonte: Banco de Portugal e execução própria

#### 4.5 Análise econométrica dos fatores explicativos das remessas

Neste capítulo faz-se uma análise econométrica dos fatores explicativos das remessas de emigrantes recebidas em Portugal, designadamente no que diz respeito às principais variáveis macroeconómicas: PIB, taxa de desemprego e taxa de inflação.

Os países de origem das remessas são os mais significativos em termos de verbas enviadas, sendo 3 pertencentes à UE (França, Alemanha e Luxemburgo) e 4 não membros desta área (Suíça, Reino Unido, EUA e Angola).

O modelo a estimar é:

$$gREM_{it} = \beta_0 + \beta_1 gY_{it} + \beta_2 u_{it} + \beta_3 \pi_{it} + \varepsilon_{it}$$

com as seguintes variáveis:

$gREM_{it}$  - taxa de crescimento das remessas enviadas para Portugal pelo país  $i$ , no ano  $t$ .

$gY_{it}$  - taxa de crescimento real do PIBpm do país  $i$  no ano  $t$ .

$u_{it}$  - taxa de desemprego do país  $i$  no ano  $t$ .

$\pi_{it}$  - taxa de inflação do país  $i$  no ano  $t$ .

$\varepsilon_{it}$  - erro estatístico aleatório.

Estas variáveis macroeconómicas foram escolhidas por se considerar que podem afetar as remessas. A análise econométrica pode indicar-nos a direção e a força do impacto das mesmas no volume geral das remessas enviadas para o nosso país.

O sinal esperado dos parâmetros a estimar é o seguinte:

$\beta_1 > 0$ , porque quanto maior o grau de atividade económica, medido pelo PIBpm, maior o valor das remessas;

$\beta_2 < 0$ , porque quanto maior a taxa de desemprego, menor a disponibilidade para envio de remessas;

$\beta_3 < 0$ , porque quanto maior a taxa de inflação, menor o poder de compra e menor a capacidade para enviar remessas.

Na estimação efetuada usaram-se os valores das remessas por país, retirados da base de dados do BP (Séries Longas), anteriormente referidas. O horizonte temporal é

1997 a 2023, o que corresponde a 27 observações por país. O método usado é o OLS (método dos mínimos quadrados).

Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 8. Genericamente, todos os parâmetros estimados têm o sinal esperado, com exceção do Luxemburgo (um país pequeno e atípico) e com as exceções da taxa de desemprego e da taxa e inflação no caso da França e da taxa de desemprego no Reino Unido, que tem sinais contrários ao esperado e ainda da taxa de inflação no caso de Angola.

Pode então concluir-se que na maior parte dos casos, o crescimento do PIB atua positivamente nas remessas, e que quanto maior a taxa de desemprego e a taxa de inflação menor o volume de remessas enviadas para outros países.

No entanto, os resultados são estatisticamente pouco significativos o que se pode constatar através dos valores relativamente baixos do coeficiente de determinação ( $R^2$ ) e da significância estatística dos parâmetros estimados (valores da estatística t-student).

Há duas exceções muito interessantes que são: i) o caso de Angola, onde o parâmetro estimado para a taxa de crescimento do PIB tem um valor alto e estatisticamente muito significativo (a 1%); ii) o caso do RU onde este parâmetro também é razoavelmente elevado e com uma significância estatística de 10%.

Note-se que, no caso de Angola a regressão foi realizada sem incluir a taxa de desemprego porque não existem valores disponíveis desta variável para este país.

Genericamente, conclui-se então, que estas variáveis embora sendo importantes para determinar a evolução das remessas de emigrantes, não têm uma capacidade explicativa muito grande. Os valores dos coeficientes de determinação ( $R^2$ ) são baixos em todos os países, ou seja, as variáveis macroeconómicas utilizadas nesta análise explicam apenas uma pequena parte da variação do crescimento das remessas. A outra parte é explicada por fatores como as políticas de migração, o acesso a serviços financeiros, os fatores culturais e sociais, entre outros.

É pertinente mencionar que, para os países que não são membros do euro, fizeram-se estimações incluindo a taxa de câmbio desses países face ao euro, mas não se apresentam os resultados por não serem estatisticamente relevantes.

Tabela 8: Estimacões econométricas por país: variáveis macro

	FR	GE	LU	SW	UK	US	AN
<b>Constante</b> (t statistic)	<b>-30,581</b> (-1,151)	<b>11,266</b> -1,078	<b>11,266</b> (1,078)	<b>12,541</b> (1,451)	<b>-1,756</b> (-0,117)	<b>5,289</b> (0,349)	<b>1,000</b> (0,097)
<b>Taxa de Crescimento PIB</b> (t statistic)	<b>0,994</b> (1,142)	<b>2,187</b> 1,513	<b>-0,395</b> (-0,286)	<b>1,472</b> (1,329)	<b>1,684*</b> (1,746)	<b>1,972</b> (1,154)	<b>3,770***</b> (2,892)
<b>Taxa de Desemprego</b> (t statistic)	<b>3,208</b> (1,198)	<b>-1,856</b> (-1,457)	<b>0,175</b> (0,060)	<b>-3,929</b> (-1,506)	<b>1,587</b> (0,655)	<b>-0,991</b> (-0,527)	<b>n.d.</b>
<b>Taxa de Inflação</b> (t statistic)	<b>0,246</b> (0,121)	<b>-0,583</b> (-0,300)	<b>1,161</b> (0,611)	<b>-1,101</b> (-0,492)	<b>-0,969</b> (-0,593)	<b>-1,613</b> (-0,841)	<b>0,072</b> (0,864)
<b>R<sup>2</sup></b>	<b>0,174</b>	<b>0,146</b>	<b>0,016</b>	<b>0,150</b>	<b>0,136</b>	<b>0,107</b>	<b>0,276</b>
<b>n</b>	27	27	27	27	27	27	27

Fonte: BP, OM e execução própria

\* - significativo a 10%

\*\* - significativo a 5%

\*\*\* - significativo a 1%

## V. Importância macroeconómica e financeira das remessas em Portugal: 1953-2020

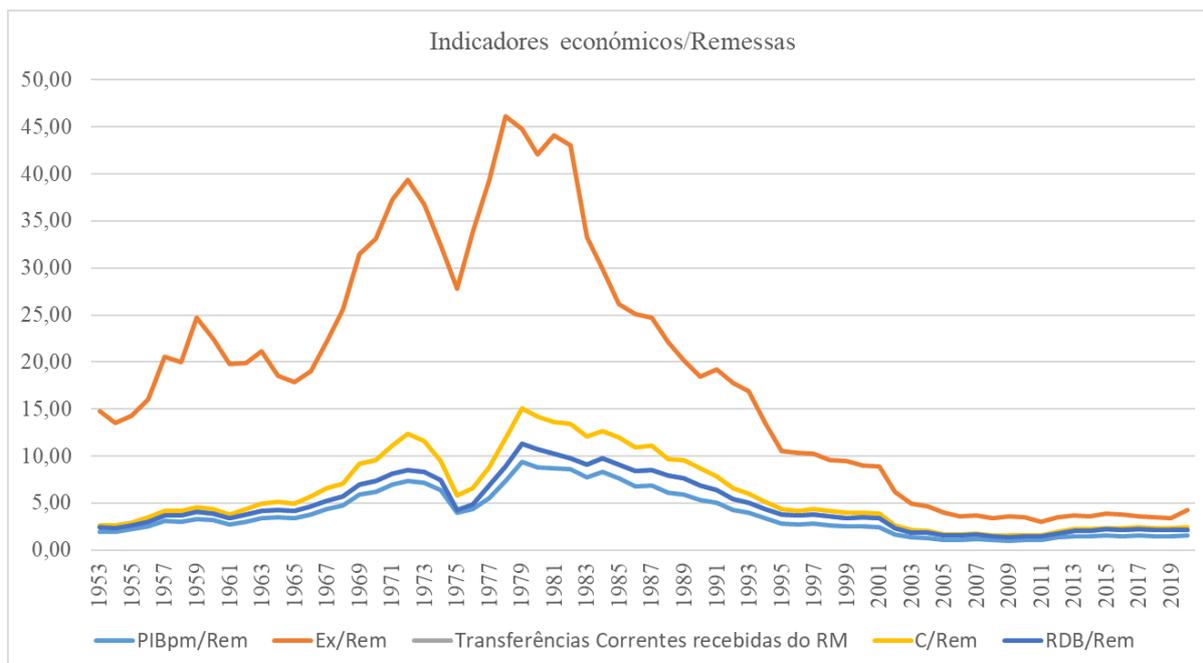
Neste capítulo vamos analisar a evolução do peso das remessas de emigrantes enviadas para Portugal nas principais variáveis macroeconómicas, no período 1953-2020. Os dados de base são retirados das séries longas do BP. Uma vez que não existem dados para as remessas de emigrantes entre 1953 e 1974, mas apenas para as transferências correntes recebidas, procedeu-se ao cálculo da média das remessas nas transferências entre os anos de 1977 e 1984, que são anos prévios a ajudas estruturais, ou seja, em que a esmagadora maioria das transferências correntes são as remessas. Obteve-se o valor de 0,9642 que foi posteriormente utilizado para fazer uma estimativa para as remessas nos anos em que não existem dados, multiplicando as transferências correntes em cada ano que não existe dados pela média obtida (0,9642).

De seguida elaboraram-se gráficos sugestivos que permitiram visualizar o peso das remessas na macroeconomia, ou seja, com base em diferentes indicadores

económicos observar as tendências da economia portuguesa ao longo dos anos, designadamente no PIBpm, no Rendimento Disponível Bruto (RDB), no consumo privado de residentes (famílias + ISFLF), nas exportações de bens e serviços, e nos saldos da balança de bens e serviços, e das balanças corrente e de capital.

No período inicial, entre 1953-1973 o país enfrentava a fase inicial da industrialização e do crescimento económico moderno onde as remessas tiveram um papel importante como uma fonte de capital externo. Por exemplo, ao olharmos para o peso das remessas de emigrantes neste período verificamos que apresentam uma tendência de crescimento face às principais variáveis macroeconómicas (ver gráfico 5).

Gráfico 5: Peso das remessas nas principais variáveis macroeconómicas



Fonte: Série Longa do BP e execução própria

Entre 1974-1985, os choques petrolíferos e as crises das balanças de pagamentos juntamente com as perturbações políticas (PREC) que o país enfrentou com a estabilização do regime democrático, criaram insegurança nas pessoas sobre a estabilidade do sistema bancário, sendo que as pessoas tinham receio de enviar dinheiro o que gerou um declínio por volta de 1974 nas remessas, visível no gráfico 5.

Com a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, e a subsequente criação e implementação das ajudas estruturais, aumentou o crescimento

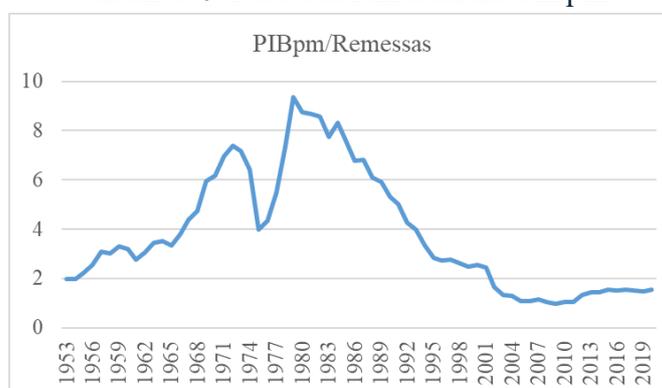
económico o que resultou numa menor dependência nas remessas. Este foi um ponto de viragem, visível nos gráficos, a partir daqui observou-se um declínio contínuo das remessas até 1999, onde surgiu um pequeno pico. Com a adoção do euro em 2000, os primeiros anos da moeda única trouxeram vários desafios, e Portugal teve um desempenho económico mais fraco que suscitou um aumento das remessas, que ajudaram a combater os choques de competitividade (adoção do euro, alargamento a leste, China na OMC) e a fornecer estabilidade financeira às famílias portuguesas.

A partir de 2008, com a grande recessão (2008/2009) e a crise das dívidas soberanas (2011/2013), Portugal enfrentou muitos problemas económicos, o que forçou muitos portugueses a emigrar, à procura de países com economias mais fortes, a fim de enviarem remessas para Portugal, o que salientou a dependência das famílias portuguesas por esse apoio financeiro. Nestes anos, o peso das variáveis estudadas diminuiu ligeiramente, e as remessas não tiveram um impacto tão significativo, possivelmente devido às ajudas externas que o país recebia.

Desde 2014, durante o período de recuperação económica, que antecedeu a pandemia e a guerra na Ucrânia, tanto as remessas como as restantes variáveis se mantiveram relativamente constantes, apresentando um ligeiro crescimento.

Para além das variações temporais já descritas, importa finalmente quantificar o peso das remessas em cada variável macroeconómica. Assim, no gráfico 6 podemos verificar que no caso do PIBpm o peso das remessas começa em 2% em 1953, atinge um pico de cerca de 9% no final da década de 70 e desce paulatinamente para cerca de 1,5% em 2020.

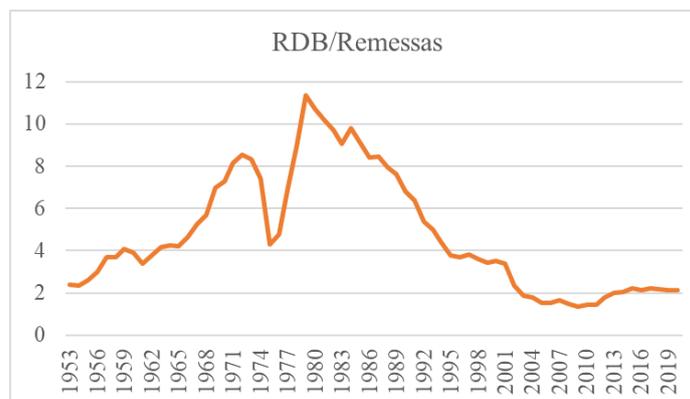
Gráfico 6: Peso das remessas no PIBpm



Fonte: Série Longa do BP e execução própria

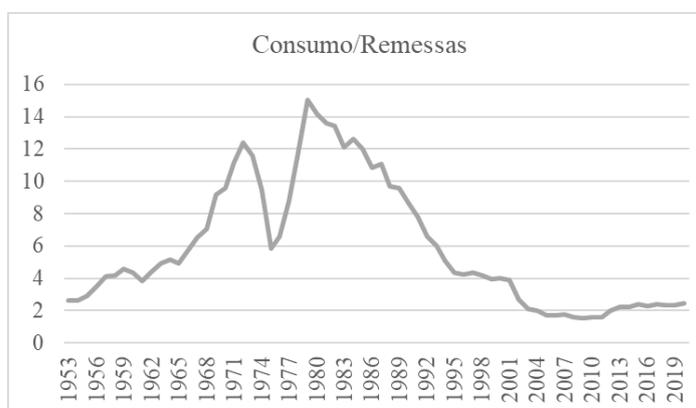
No caso do RDB (ver gráfico 7) o perfil e os valores são semelhantes ao do PIBpm. Quanto ao Consumo Privado (ver gráfico 8), o peso das remessas parte de 2,5% e chega a atingir 15% em 1980, voltando no final a um valor semelhante ao do início do período.

Gráfico 7: Peso das remessas no RDB



Fonte: Série Longa do BP e execução própria

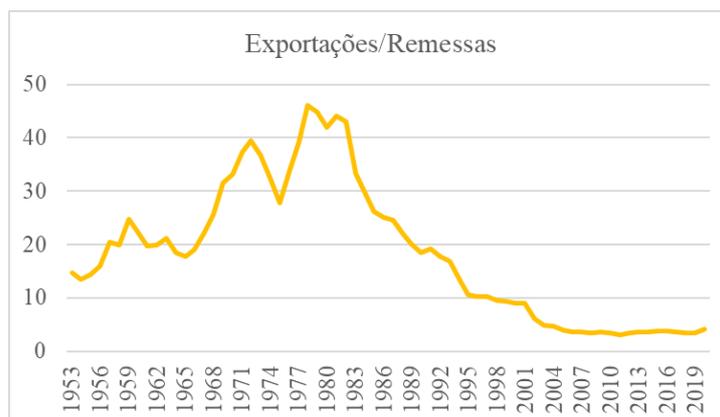
Gráfico 8: Peso das remessas no Consumo Privado



Fonte: Série Longa do BP e execução própria

Especial destaque merece o peso das remessas nas Exportações (gráfico 9), que de cerca de 15% em 1953, vai subindo até à década de 70, chegando a representar mais de 45% no final desta década. Note-se, contudo, que a partir desta altura, e sobretudo do início do milénio, o peso das remessas nas exportações desce significativamente, estando atualmente abaixo de 5%.

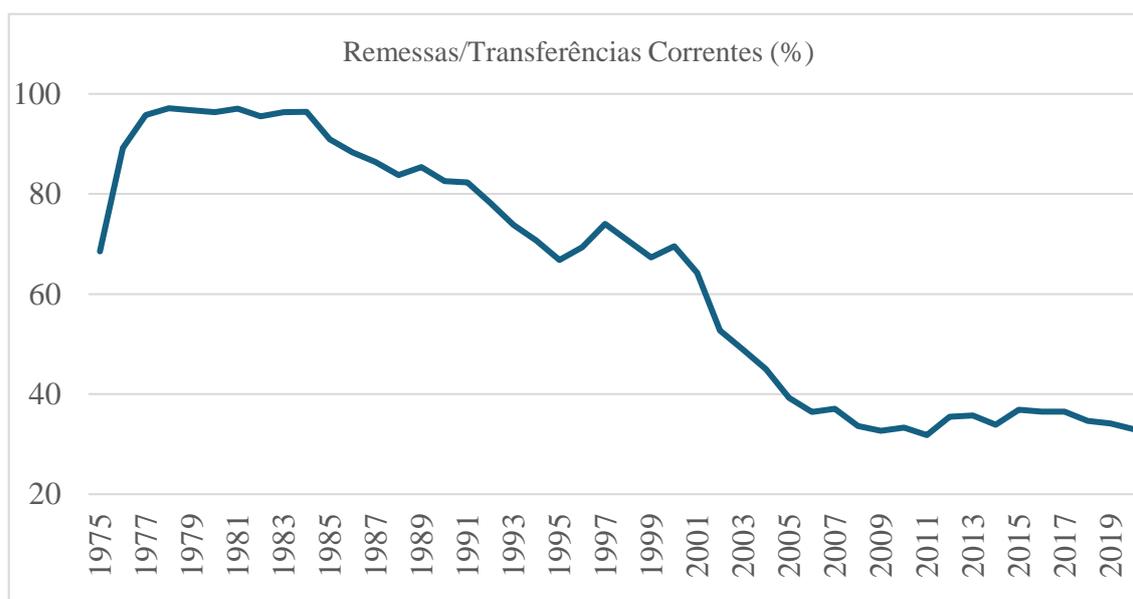
Gráfico 9: Peso das remessas nas Exportações



Fonte: Série Longa do BP e execução própria

Finalmente, importa contextualizar a importância das remessas de emigrantes para as contas externas portuguesas. O peso desta fonte de divisas externas foi determinante até à adesão de Portugal à CEE, em 1986, pois constituíam a esmagadora maioria das transferências externas recebidas pelo nosso país, mais de 90% (ver gráfico 10). Desde essa altura, o peso das remessas nas Transferências Correntes desceu paulatinamente, até pouco mais de 30% atualmente.

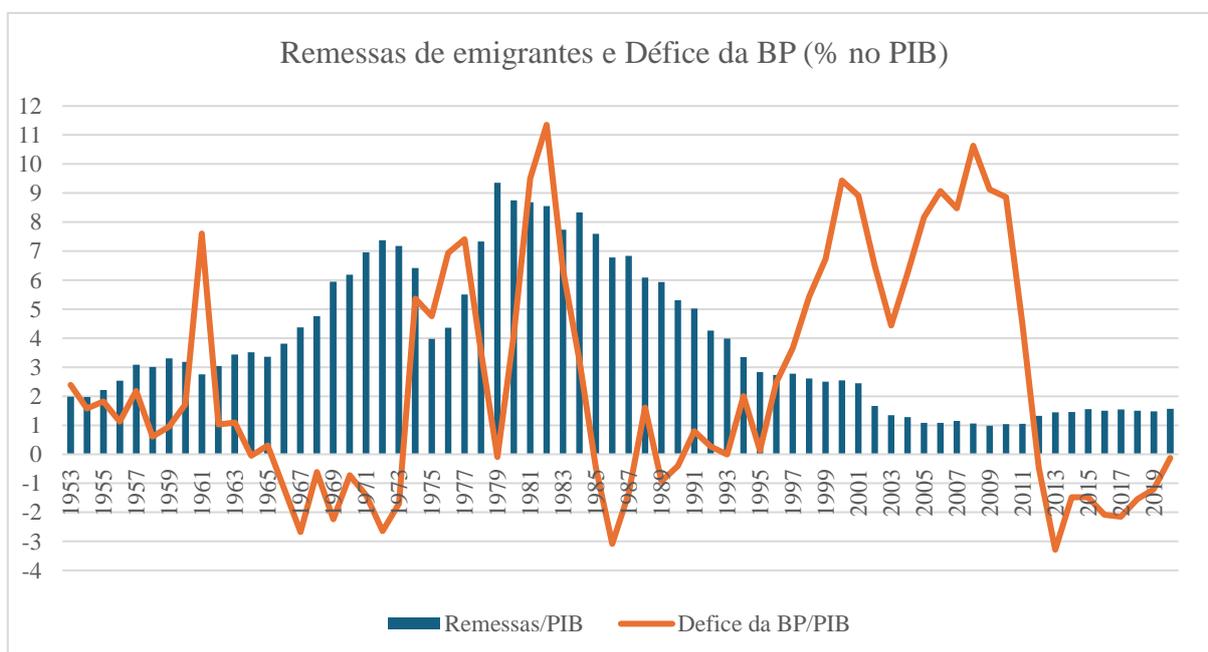
Gráfico 10: Peso das remessas nas Transferências Correntes



Fonte: Série Longa do BP e execução própria

As remessas foram em determinados momentos históricos muito úteis para minorar os graves problemas de desequilíbrio externo de Portugal, como pode verificar-se no gráfico 11, em que se representa o peso no PIBpm das remessas e do Saldo da Balança de Pagamentos (correspondente ao défice conjunto das balanças corrente e de capital). Isso é bem patente, por exemplo, nas décadas de 1970 e 1980, mas não tanto no período mais recente de grandes défices da Balança de Pagamentos (primeira década do novo milénio), em que assumiram maior importância as ajudas financeiras comunitárias.

Gráfico 11: Peso das remessas e do défice da Balança de Pagamentos no PIBpm



Fonte: Série Longa do BP e execução própria

## VI. Conclusão

Nesta dissertação foram analisadas as consequências macroeconómicas e os fatores explicativos das remessas de emigrantes, em Portugal.

Este trabalho inicia-se com uma revisão de literatura, destacando uma visão abrangente do contexto histórico assim como a evolução e o impacto das remessas de emigrantes portugueses na economia nacional. É destacado o papel que as remessas fornecem na diminuição da pobreza, o seu contributo para a estabilidade económica, em particular em alturas de recessão económica.

É abordada a evolução da emigração portuguesa e as suas motivações, refletindo sobre as várias fases e padrões de emigração, bem como uma breve análise da evolução das remessas, marcada por uma complexa interação de fatores económicos, políticos e sociais. Esta interação resulta em flutuações nas remessas, influenciando a capacidade dos emigrantes de enviar dinheiro para Portugal.

Foi realizada uma análise econométrica dos fatores explicativos, em particular às variáveis macroeconómicas que se considera que afetem mais as remessas, entre estas o PIB, a taxa de desemprego e a taxa de inflação. Foram escolhidos 3 países pertencentes a UE e 4 países não pertencentes à UE, considerados os mais relevantes pelos valores de remessas que enviam para Portugal. Os resultados obtidos em geral foram os esperados, contudo existem algumas exceções.

Uma delas o Luxemburgo que é um país pequeno e anómalo; a França que exibiu valores para a taxa de desemprego e para a taxa de inflação com sinais contrários ao esperado; o RU, em que a taxa de desemprego apresentou também sinais contrários ao esperado e ainda o caso de Angola, em que a taxa de inflação mostrou sinais contrários ao esperado.

Conclui-se que o PIB tem um efeito positivo nas remessas e que o aumento da taxa de inflação e da taxa de desemprego afetam negativamente o volume de remessas enviadas. Contudo os resultados obtidos não são significativos o suficiente. Tal é possível constatar pelos valores relativamente baixos do coeficiente de determinação ( $R^2$ ) e da significância estatística dos parâmetros estimados.

Há duas exceções notáveis, em Angola e no RU onde os valores da taxa de crescimento do PIB são elevados e estaticamente significativos. No caso de Angola não havia dados disponíveis para a variável taxa de desemprego.

A conclusão que se retira é que embora estas variáveis sejam importantes não têm grande capacidade explicativa. Com os valores baixos apresentados dos coeficientes de determinação ( $R^2$ ) em todos os países as variáveis macroeconómicas utilizadas explicam apenas uma pequena parte da variação do crescimento das remessas. A restante parte é explicada por fatores culturais e sociais, assim como pelas políticas de migração alocadas no respetivo país.

Para compreender a importância macroeconómica e financeira das remessas em Portugal entre 1953-2020 analisou-se a evolução do peso das remessas de emigrantes nas variáveis macroeconomias centrais. Daqui elaboraram-se gráficos sugestivos para, com base em diferentes indicadores económicos, nomeadamente no PIBpm, no RDB, no consumo privado de residentes, nas exportações de bens e serviços e no saldo da balança de pagamentos, ser possível observar as tendências da economia portuguesa.

Esta análise destacou o papel importante que as remessas desempenham na economia nacional sobretudo durante os períodos de maior instabilidade e necessidade de capital externo.

Apontou uma tendência de crescimento na fase inicial da industrialização e do crescimento económico moderno, tendo sido uma fonte crucial de divisas externas, representando até à adesão à CEE em 1986 90% das transferências correntes. Com a adesão à CEE, foram implementadas ajudas estruturais e Portugal tornou-se menos dependente das remessas o que diminuiu o seu peso nas variáveis macroeconómicas estudadas. Voltaram a ter um peso maior durante a crise das dívidas soberanas de 2011/2013, quando as remessas aumentaram devido à emigração dos portugueses para países com economias mais fortes. A partir de 1970, o peso das remessas nas exportações de bens e serviços foi significativa tendo representado 45% das exportações. Posteriormente tem vindo a diminuir, caracterizando a diversificação da economia portuguesa e o aumento de outras fontes de divisas.

As limitações desta dissertação são reconhecidas e devem ser consideradas, como, por exemplo, a falta de dados detalhados (origem e destino das remessas) para um período

alargado e para um conjunto significativo de países e a não utilização de técnicas econométricas mais sofisticadas (dados de painel e sucessões cronológicas).

Em relação a trabalhos futuros, existe potencial para uma investigação mais aprofundada ao nível microeconómico, designadamente os efeitos do “*brain drain*”, as remessas verdes e a evolução dos custos de transação.

Paralelamente, seria pertinente uma investigação que explorasse de forma mais aprofundada os fatores sociais, considerando assim as outras variáveis explicativas das remessas. Esta abordagem complementar os aspetos económicos e proporcionaria uma visão mais abrangente do impacto que a emigração tem na economia.

## Referências bibliográficas

- Atoyan, R., Christiansen, L. E., Dizioli, A., Ebeke, C., Ilahi, N., Ilyina, A., Mehrez, G., Qu, H., Raei, F., Rhee, A., & Zakharova, D. (2016). Emigration and its economic impact on Eastern Europe. *Staff Discussion Notes*, 16(7), 1. <https://www.imf.org/en/Publications/Staff-Discussion-Notes/Issues/2016/12/31/Emigration-and-Its-Economic-Impact-on-Eastern-Europe-42896>
- ARROTEIA, Jorge. C. (2001), “As comunidades portuguesas no mundo”, Janus, pp 136-137.
- Baganha, M. I. B. (1994). As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*, 29(128), 959-980.
- Banco de Portugal.** (2024a). *O que são as remessas?* BPStat. <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/paginas/1417>, consultado em 15/09/2024.
- Banco de Portugal.** (2024b). *Quadro 1636 - Remessas dos emigrantes.* BPStat. <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/quadros/1636>, consultado em 15/09/2024.
- Bahadır, B., Chatterjee, S., & Lebesmuehlbacher, T. (2018). The macroeconomic consequences of remittances. *Journal of International Economics*, 111, 214–232.
- Bussolo, M., Molina, L., & Lopez, H. (2007). *Remittances And The Real Exchange Rate.* The World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/911745f9-68cb-5045-a181-b660f7ed076e>.
- Cambridge Dictionary. (n.d.). *Brain drain.* Cambridge University Press. <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/brain-drain>, consultado em 15/09/2024.
- de Sousa, M. R. (2018). *IMPACTO DAS REMESSAS DE EMIGRANTES NOS PAÍSES DE ORIGEM – O CASO PORTUGUÊS.*
- Dinis, N. (2012). *Impacto das remessas no crescimento económico de Portugal: 1975 a 2010.*
- Ferreira, J.-P., Lahr, M., Ramos, P., & Castro, E. (2020). Accounting for global migrant remittances flows. *Economic Systems Research*, 32(3), 301–317.

- Fullenkamp, C., Cosimano, T., Gapen, M., Chami, R., Montiel, P., Barajas, A., & outros. (2008). *Macroeconomic consequences of remittances*. International Monetary Fund.
- Gomes, J. A. (2023, 23 de fevereiro). Portugal foi o terceiro país da UE onde remessas de emigrantes mais pesaram no PIB em 2021. *ECO*. <https://eco.sapo.pt/2023/02/23/portugal-foi-o-terceiro-pais-da-ue-onde-remessas-de-emigrantes-mais-pesaram-no-pib-em-2021/>
- Góis, P., & Marques, J. C. (2018). Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. *e-cadernos CES*, 29, 125-152.
- International Monetary Fund (Ed.). (2009). *Balance of payments and international investment position manual* (6th ed). International Monetary Fund.
- International Organization for Migration. (2016). *Remittances: Socioeconomic opportunities and challenges* [Relatório]. Standing Committee on Programmes and Finance, Nineteenth Session. Geneva.
- International Organization for Migration. (2020). *World migration report 2020*. International Organization for Migration.
- Khan, J. (2021). European academic brain drain: A meta-synthesis. *European Journal of Education*, 56, 265-278.
- Kpodar, K. R., Mlachila, M., Quayyum, S. N., & Gammadigbe, V. (2021). *Defying the Odds: Remittances During the COVID-19 Pandemic*. International Monetary Fund.
- Lee, E. (1966). A theory on migration. *Demography*, 3(1), 47–57.
- Makina, D. (2024). The long-run relationship between remittances and household consumption: Evidence from Lesotho. *Cogent Economics & Finance*, 12(1), 2307098.
- Malheiros, J. (2011). Portugal 2010: O regresso do país de emigração? *Janus.net: e-journal of International Relations*, 2(1). <https://observare.autonoma.pt/janus-net/janusnet/portugal-2010-o-regresso-do-pais-de-emigracao/>

- Massey, D., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A., & Taylor, J. (1993). Theories of international migration: A review and appraisal. *Population and Development Review*, 19(3), 431-466.
- Mills, E. (2023). Green remittances: A novel form of sustainability finance. *Energy Policy*, 176, 113501. <https://doi.org/10.1016/j.enpol.2023.113501>
- Murphy, M., & Pacher, C. (2022). Bridging the gap: Brain drain to brain circulation: Researching successful strategies to support effective change. *Procedia Computer Science*, 200, 556-565.
- Mirpourian, M., Torres, M., & Kelly, S. (2021). *Determinants of Women's Financial Inclusion and Economic Empowerment*.
- Oglethorpe, Judy & Ericson, Jenny & Bilsborrow, Richard & Edmond, Janet. (2007). *People on the Move: Reducing the Impact of Human Migration on Biodiversity*.
- Peixoto, J. (1993). A emigração portuguesa a partir de 1980: Factos estatísticos e modalidades de evolução. *Estudos Demográficos – Revista do GED/INE*, 31, 35-69.
- Peixoto, J. (2004), País de emigração ou país de imigração? Mudança e Impacto das remessas no crescimento económico de Portugal: 1975 a 2010 continuidade no regime migratório em Portugal, *SOCIUS* N.º2/2004.
- Peixoto, João, Isabel Tiago de Oliveira, Joana Azevedo, Pedro Candeias e Georges Lemaître (2016), “A nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa”, in João Peixoto *et al.*, *Regresso ao Futuro - A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Gradiva, pp. 29-69.
- Perez-Saiz, H., Dridi, J., Gursoy, T., & Bari, M. (2019). The Impact of Remittances on Economic Activity: The Importance of Sectoral Linkages. *IMF Working Papers*, 19(175). <https://doi.org/10.5089/9781498324489.001>
- Piras, R. (2023). Remittances, economic complexity, and new firms' creation: Empirical evidence from a large sample of countries. *Economic Change and Restructuring*, 56(4), 2557–2600.
- Pires, R. P., Vidigal, I., & Pereira, C. (2023a). *Emigração Portuguesa 2023*.
- Pires, R. P., Vidigal, I., Pereira, C., Azevedo, J., & Veiga, C. M. (2023b). *Atlas da emigração portuguesa*. Observatório da Emigração.
- Prívará, A. (2019). Migrants remittances: Microeconomic and macroeconomic contexts. *The EUrASEANs: Journal on Global Socio-Economic Dynamics*, 6(19), 51–58.

- Ribeiro, P. (2021). *Evolução e modalidades da emigração portuguesa: Entrevista com Jorge Arroiteia. OEm Conversations With*, (25). Lisboa: Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL.
- Richard, A. H. Jr., & Page, J. (2003). International migration, remittances, and poverty in developing countries. *The World Bank*. <https://doi.org/10.1596/1813-9450-3179>
- Silva, N. J. H. B. da. (2014). *A doença holandesa na economia portuguesa: O papel das remessas dos emigrantes e do investimento direto estrangeiro* (Tese de mestrado, Universidade de Coimbra). Orientadores: A. P. Duarte, & J. A. S. Andrade.
- Solimano, A. (2003). Remittances by emigrants: Issues and evidence. In A. B. Atkinson (Ed.), *New sources of development finance* (1.a ed., pp. 177–199). Oxford University Press.
- World Bank. (2006). *Global economic prospects 2006 : economic implications of remittances and migration (English)*. Global Economic Prospects Washington, D.C. : World Bank Group. <http://documents.worldbank.org/curated/en/507301468142196936/Global-economic-prospects-2006-economic-implications-of-remittances-and-migration>
- World Bank Group. (2017). *Migration and remittances: Recent developments and outlook*. Washington, DC: World Bank. <https://doi.org/10.1596/28444>
- World Bank Group. (2024). *Remittances slowed in 2023, expected to grow faster in 2024*. Migration and Development Brief 40. International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank.
- Yang, F., Ye, X., Huang, W., & Zhao, X. (2023). The impacts on informal financing strategy of small and micro enterprises by interest rate risks and public health emergencies. *International Entrepreneurship and Management Journal*, 19(4), 1673–1705. <https://doi.org/10.1007/s11365-023-00872-3>